



A Voz do Interior

Alexandre Wohlgemuth de Souza

Advogado, Especialista em
Direito Público, Governo
Digital e Licitações e
Contratos. Consultor em
Administração Pública.

O caminho da tecnologia que assusta

Em um tempo não muito distante, poderemos ver robôs no auxílio de demandas dos pequenos municípios

Talvez não seja tão difícil imaginar a cena. Em uma pequena prefeitura do Interior gaúcho, às oito da manhã, um robô humanoide registra o ponto e começa seu expediente. Não reclama que é segunda-feira, não pergunta quando sai o vale-alimentação e não pede licença-prêmio. Uma maravilha para qualquer secretário de Administração.

Poderíamos ter um robô no almoxarifado conferindo estoques, outro monitorando prédios públicos e, quem sabe, um cão-robô verificando estradas do interior. Este último provavelmente teria mais trabalho. Em alguns municípios gaúchos, depois da primeira chuva forte, talvez fosse necessário programá-lo também

para nadar. Na recepção da prefeitura, um humanoide orienta o cidadão. “O senhor precisa abrir um protocolo”. No Controle Interno, poderia ser ainda mais interessante.

O robô entra na sala do prefeito e comunica. “Senhor prefeito, esta despesa não pode ser realizada”. Nesse momento descobriríamos quanto tempo levaria para a Inteligência Artificial aprender uma das expressões mais tradicionais da política municipal brasileira: “Mas sempre foi feito assim”.

Brincadeiras à parte, há uma discussão séria por trás dessa tecnologia. Durante muito tempo, quando falávamos em Inteligência Artificial, estávamos falando de algo confinado às te-

las. Ela escrevia textos, analisava documentos, criava imagens, organizava dados e respondia perguntas. Agora entramos em uma era diferente. A IA está ganhando braços, pernas, câmeras, sensores e capacidade de interagir fisicamente com o mundo. E isso muda bastante a conversa.

Em municípios pequenos, justamente onde faltam profissionais para determinadas atividades e uma mesma pessoa acumula várias funções, a robótica poderá encontrar um campo surpreendente de aplicação. Não necessariamente para substituir o servidor que toma decisões, enfrenta situações complexas ou exerce autoridade pública, mas para assumir tarefas repetitivas, perigosas, insa-

lubres ou simplesmente pouco eficientes quando realizadas manualmente.

Imagine robôs realizando inspeções em redes de água e esgoto, verificando locais de difícil acesso, auxiliando na limpeza de espaços públicos ou transportando materiais em hospitais. Parece distante? Talvez menos do que imaginamos. Há poucos anos, seria difícil convencer um servidor de uma prefeitura de que ele conversaria diariamente com uma Inteligência Artificial para ajudá-lo a elaborar um documento. Hoje isso já acontece.

A Administração Pública continuará precisando de pessoas para planejar, interpretar, decidir, negociar, fiscalizar e as-

sumir responsabilidades. Mas, talvez não precise de pessoas para executar todas as tarefas que hoje consomem milhares de horas de trabalho humano. E, quando esse dia chegar, surgirão discussões que hoje parecem roteiro da série Black Mirror. Robô pode exercer função pública? Pode dirigir veículo oficial? Quem responde se ele causar um dano? Precisa prestar concurso? Entra no cálculo da despesa com pessoal? O Tribunal de Contas vai exigir o número do patrimônio colado nas costas?

Parece ficção, mas a tecnologia costuma chegar antes do que imaginamos. Uma coisa, pelos menos, é certa: não haverá nepotismo!

**JORNAL
CIDADES**

Aqui, sua marca ganha visibilidade ao lado dos destaques econômicos de cada região e das publicações oficiais, como editais de licitação.

Fale com a nossa equipe e anuncie em uma mídia segmentada, com alcance direto nas prefeituras e gestores públicos de todo o Estado.

Entre em contato: 51 3213 1395 | jornalcidades@jornalcidades.com.br